PROJETO DE LEI Nº , DE 2016

(Do Sr. CARLOS BEZERRA)

Modifica a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, para possibilitar a exclusão da base de cálculo da contribuição previdenciária sobre a receita bruta dos valores do PIS e da COFINS.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei tem por objetivo acrescentar inciso V do § 7º do artigo 9º da Lei Nº12546, de 14 de dezembro de 2011, para possibilitar a exclusão da base do cálculo da contribuição previdenciária sobre a receita bruta dos valores do PIS e da COFINS.

Art. 2º O § 7º do art. 9º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, passa a vigorar com o acréscimo do seguinte inciso:

“Art. 9º.....

.....

§ 7º.....

.....

V – a Contribuição para o PIS/PASEP e a COFINS.

.....” (NR)

Art. 3º O Poder Executivo, em atendimento ao disposto no inciso II do art. 5º e no art. 14 da Lei complementar nº 101, de 4 de maio de

2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente desta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, que acompanhará o projeto da lei orçamentária cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta Lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor sessenta dias após a sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A proposição tem por objetivo excluir da base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta – CPRB o valor referente ao PIS/PASEP e à COFINS.

A atual redação da lei dá a entender que esses valores compõem a receita bruta e, por conseguinte, a base de cálculo da contribuição previdenciária. Contudo, tais valores não são faturamento da empresa, mas mero ingresso destinado ao pagamento de tributos federais.

Assim, a sistemática legal gera um efeito nefasto de tributação em cascata, ou seja, de tributos compondo a base de cálculo uns dos outros, o que reduz a transparência e a justiça fiscal.

A Lei nº 12.546, de 2011, permite a dedução da base de cálculo da contribuição previdenciária de determinados tributos, como o IPI e o ICMS. Ocorre que, por alguma razão incompreensível, não autoriza a dedução da Contribuição ao PIS e da COFINS, que são tributos incidentes também sobre o faturamento.

Ora, o PIS e a COFINS não fazem parte da riqueza que aufere a empresa. Por que razão devem fazer parte da base de cálculo da contribuição sobre o faturamento? E mais: qual é a diferença metafísica, entre o PIS e COFINS e o ICMS e IPI, que autoriza a dedução destes e não a daqueles? Trata-se de arbitrariedade que, se não calculada, pelo menos culposamente injusta.

Forte nesses argumentos, o Juízo da 2ª Vara Cível Federal de São Paulo autorizou uma empresa a deduzir o PIS e a COFINS da base de cálculo da contribuição sobre o faturamento. Embora elogiável e

meritória a decisão, noto que o juiz monocrático não tem como, sozinho, defender de forma eficiente o princípio da transparência fiscal.

Ressalto que a Justiça Federal vem decidindo que a COFINS não deve integrar a base de cálculo da CPRB. Daí porque entendo que a presente proposição não gera impacto orçamentário, na medida em que não amplia nem concede benefício fiscal, mas sim explicita uma dedução que é inerente ao perfil legal do tributo. Desse modo, entendemos que a proposição está conforme o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Confiante nessas razões, espero aprovação do projeto.

Sala das Sessões, em de de 2016.

Deputado CARLOS BEZERRA